



#SOMOSTODOSLIGIA

Médica e professora da UFRJ, Ligia Bahia enfrenta processo do Conselho Federal de Medicina por defender a Ciência contra o negacionismo nos tempos de Bolsonaro. Indignada com a perseguição à docente, a comunidade científica organiza campanha. Abaixo-assinado já conta com quase 15 mil nomes. SBPC, ABC, Fiocruz e AdUFRJ já aderiram. Participe! **Página 2**

**EMENDA
CONSTITUCIONAL
CORTA RECEITAS PRÓPRIAS
DAS UNIVERSIDADES**

Página 3

“A UNIVERSIDADE PRECISA SER UM LUGAR DE SONHOS, DE INSPIRAÇÃO, E NÃO DE MEDO. MEU CARRO FOI FURTADO NO MEU LOCAL DE TRABALHO. ME SINTO PENALIZADO POR TRABALHAR NO FUNDÃO. COMPRAMOS REAGENTES COM DINHEIRO DO NOSSO BOLSO. NÃO TEMOS GIZ, NEM SEGURANÇA”.

PROFESSOR PIERRE MOTHÉ, INSTITUTO DE QUÍMICA.

Página 5

#SOMOSTODOSLIGIA

> Médica e professora da UFRJ recebe apoio de representantes da comunidade científica e da sociedade civil. Docente foi processada por danos morais pela direção bolsonarista do CFM

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Os ataques que a professora Ligia Bahia (IESC/UFRJ) vem sofrendo por parte do Conselho Federal de Medicina (CFM) suscitaram uma onda de indignação e solidariedade país afora. Em apenas cinco dias, de segunda-feira até o fechamento desta edição, um abaixo-assinado em apoio à médica alcançou quase 15 mil adesões. E entidades como a Fiocruz, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a SBPC — da qual Ligia Bahia é conselheira — manifestaram esta semana desagravo à docente, uma das mais respeitadas vozes no campo da saúde pública no Brasil.

Em 26 de agosto passado, o CFM ingressou na 19ª Vara Federal Civil de São Paulo com uma ação por danos morais contra Ligia Bahia. A ação se baseia em uma entrevista da professora ao canal do Instituto Conhecimento Liberta (ICL) no YouTube, na qual ela critica posições da direção do Conselho em defesa do uso de cloroquina, contra a vacinação durante a pandemia de covid-19, além do desrespeito à legislação que permite aborto em crianças vítimas de estupro. Os autores pedem que ela seja condenada ao pagamento de indenização de R\$ 100 mil, e que “se absteinha de fazer qualquer tipo de publicação nas redes sociais” em relação ao CFM.

Em 15 de outubro, o juiz José Carlos Motta, da 19ª Vara Federal Cível de SP, indeferiu o pedido de tutela antecipada feito pelo CFM sob a argumentação de que “as manifestações da ré Ligia Bahia em sua entrevista devem ser compreendidas como abarcadas pela liberdade de expressão e de crítica política, ainda que contundentes”. O magistrado sustentou ainda que a posição do CFM também foi alvo de críticas em outros

veículos de imprensa “seja no que tange à sua tolerância na utilização de tratamentos sem eficácia comprovada durante a pandemia de covid-19, seja no que concerne à recente Resolução CFM nº 2.378/2024, que proibiu aos médicos a interrupção de gravidez nos casos de aborto previstos em lei”.

REDE DE APOIO

Organizada pelo professor Elson Cormack, da Faculdade de Odontologia da UFRJ, a petição de apoio a Ligia Bahia (<https://is.gd/sjkXr5>) recebeu milhares de adesões em apenas cinco dias na internet. “Eu montei a petição pensando na meta dos 100 professores titulares do grupo do CCS, e me espantei ao ver as pessoas respaldando e endossando o documento. Já estamos chegando a 15 mil adesões. Acho que muita gente, mesmo não sendo da área, percebe o quão ridículo é o CFM processar uma das mais qualificadas profissionais da área de saúde pública do Brasil. Não é só a Ligia Bahia que está sendo atacada, somos todos nós”, sustenta Cormack.

O professor acompanhou a formação do IESC e conhece Ligia Bahia há décadas. “Ela tem um conhecimento vastíssimo na área, e está sendo processada por uma entidade médica que se contrapõe a evidências científicas. Mesmo se eu não conhecesse a professora Ligia Bahia, eu já me sentiria atingido. Acho que muitas pessoas estão se sentindo assim, ao ver o Conselho Federal de Medicina apoiar um tratamento sem fundamento científico, contaminado por questões políticas. É revoltante”, se indigna o professor.

As “questões políticas” apontadas pelo docente são de conhecimento público. A entrevista por Ligia Bahia ocorreu uma semana depois das eleições do CFM, nas quais mais de 60% dos conselheiros se reelegeram, e novos representantes, alinhados à direita, conseguiram vitórias. A eleição mobilizou políticos bolsonaristas em todo o país. O CFM foi um dos principais alia-



PELA CIÊNCIA | Direção da Fiocruz saiu em defesa de Ligia (ao centro)

dos do governo Bolsonaro na postura negacionista durante a pandemia de covid-19. O Jornal da AdUFRJ encaminhou questionamentos ao CFM, mas não obteve retorno.

SOLIDARIEDADE

Na segunda-feira (3), a SBPC e a ABC divulgaram uma nota conjunta. Ao Jornal da AdUFRJ, o presidente da SBPC, Renato Janine Ribeiro, disse que a declaração simboliza o respeito à Ciência: “Não se trata apenas da liberdade de expressão. Trata-se

de princípios científicos amplamente reconhecidos, tanto no Brasil quanto internacionalmente” e critica a postura do CFM: “Ao buscar puni-la por defender estratégias baseadas em evidências científicas, o CFM se afasta dos princípios básicos da ciência e da liberdade de expressão, que fundamentam a vida acadêmica e as sociedades democráticas”.

A manifestação da SBPC e da ABC foi endossada por 50 associações profissionais e entidades científicas, entre elas as associações brasileiras de Antropologia (ABA), de Centros e Museus de Ciências (ABCMC) e de Enfermagem (ABEN), e as sociedades brasileiras de Física (SBF), Psicologia (SBP), Química (SBQ) e Sociologia (SBS).

Na quarta-feira (5), o presidente da Fiocruz, Mario Moreira, recebeu Ligia Bahia no Castelo Mourisco, sede da instituição, em Manguinhos, Zona Norte do Rio. No encontro, Moreira entregou a nota de apoio da fundação. “A Fiocruz reafirma a pertinência do posicionamento de Ligia Bahia, sempre baseado em evidências científicas, em consensos amplamente aceitos por seus pares e aplicados com sucesso durante a pandemia de covid-19. Ao reconhecer sua dedicação à saúde pública e à ciência brasileira, a Fundação declara o repúdio à posição do CFM e total solidariedade à professora. Estar ao lado de Ligia Bahia nesse momento representa a defesa contra o avanço de discursos negacionistas e da anti-ciência no Brasil”, diz a nota.

Entre as instituições que também manifestaram repúdio aos ataques do CFM a Ligia Bahia estão o Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), o Clube de Engenharia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

ASSINE A PETIÇÃO AQUI:
<https://is.gd/sjkXr5>

de covid-19”. E completa: “As evidências científicas demonstram a eficácia das vacinas na contenção da doença, com a redução de casos e da gravidade dos sintomas nos infectados, e a ineficácia da cloroquina em seu tratamento”.

O professor Rodrigo Fonseca, diretor da AdUFRJ, vê nos ataques a Ligia Bahia uma tentativa do CFM em silenciar vozes contrárias à direção do Conselho. “A professora Ligia é uma referência nacional na saúde pública, uma defensora do SUS. A

AdUFRJ, toda a sua diretoria e nosso setor Jurídico vêm acompanhando o caso e dará todo o suporte para que a professora não tenha sua liberdade de expressão cerceada, princípio fundamental de um estado democrático de Direito”, afirma Rodrigo.

Para a presidente do sindicato, professora Mayra Goulart, “estar ao lado de Ligia é estar ao lado da verdade científica”. A Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Adur) também expressou solidariedade a Ligia Bahia.

UFRJ sofre corte de 30% nas receitas patrimoniais

> Emenda Constitucional aprovada no fim de 2024 ampliou alcance da Desvinculação de Receitas da União, atingindo parte das receitas próprias das universidades. UFRJ deve perder R\$ 18 milhões

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Quando o assunto é orçamento, as más notícias para a UFRJ não têm fim. A universidade acaba de descobrir que deve perder R\$ 18 milhões neste ano. A “tesourada” é resultado de uma legislação aprovada pelo Congresso Nacional no final de dezembro.

A emenda constitucional nº 135 prorrogou até 2032 a chamada Desvinculação das Receitas da União (DRU), um dispositivo utilizado por todos os governos desde 1994 para liberar recursos de determinadas áreas para aplicar em outras. O problema é que, desta vez, a DRU passou a incidir também — em 30% — sobre receitas patrimoniais, com algumas exceções.

Somente esta mudança ampliou a potência da DRU de R\$ 21,3 bilhões para R\$ 49,8 bilhões, segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento. E é justamente neste ponto que a medida atinge as verbas arrecadadas pelas universidades, como aluguéis de imóveis.

Em 2025, a UFRJ pode arrecadar até R\$ 74 milhões — o número é definido pelo governo na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) — e parte relevante dos recursos tem origem patrimonial. A pró-reitoria de Governança estima um valor entre R\$ 50 milhões e R\$ 60 milhões, com base na série histórica. “Se atingirmos R\$ 60 milhões com essas receitas, este ano, conforme previsão, serão desvinculados e retidos ao Tesouro R\$ 18 milhões (ou 30%)”, explica a pró-reitora da área, professora Cláudia Cruz.

“Nossa maior receita patrimonial em 2024 veio dos centros de pesquisa sediados na Cidade Universitária (Cenpes — Centro de Pesquisas da Petrobras, Cepel — Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, IEN — Instituto de Energia Nuclear, Cetem — Centro de Tecnologia Mineral): R\$ 31.919.416,95, sendo que o Cenpes responde por R\$ 28,5 milhões. Só para essa fonte, a perda seria de R\$ 9,6 milhões”, afirma a pró-reitora.

Já os valores relativos ao percentual dos recursos de projetos institucionais que passam pelas fundações de apoio são receitas de serviços e não entram no cálculo da DRU.

CONTA NÃO FECHA

O reitor Roberto Medronho não esconde a preocupação



A conta, que já era muito complicada, não vai fechar. As universidades merecem um olhar especial dos entes governamentais e da sociedade como um todo

ROBERTO MEDRONHO
Reitor da UFRJ

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Tesouro Nacional
Data e hora da consulta: 23/01/2025 10:57
Usuário: 02847402683

Prezados senhores,

Informamos que, em 20/12/2024, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 135 de 2024, que prorrogou a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2032 e fixou que as Receitas patrimoniais contribuirão em 30% do montante total arrecadado para a DRU, conforme texto do art. 76 da Constituição Federal de 1988:

São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral de Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico, às taxas e às receitas patrimoniais, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data. (CF, 1988, art. 76 - **Redação dada pela EC nº 135/2024**).

Desta maneira, o percentual de 30% será desvinculado do Órgão ou Fundo arrecadador e retido para o Tesouro Nacional. Para fins da aplicação da EC 135/2024, no caso das unidades orçamentárias vinculadas a esse Ministério da Educação (MEC), se enquadram como patrimoniais as seguintes Naturezas de Receitas - NRs:

13110111 - Aluguéis e Arrendamentos - Principal
13110112 - Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros
13110201 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal
13110202 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros
19210101 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal
22210101 - Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal
73110111 - Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Cabe salientar ainda, que na elaboração das estimativas e reestimativas das receitas próprias patrimoniais projetadas no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) deverá ser informado o percentual de 100% (cem por cento) da receita a ser realizada no ano, ou seja, o valor a ser efetivamente arrecadado (70%) somado ao que será retido para o Tesouro Nacional (30%), em cada Natureza de Receita patrimonial.

Atenciosamente,

COORDENAÇÃO DE DESPESAS OBRIGATORIAS E RECEITAS PRÓPRIAS (CDOR/CGO/SPO/SEMEC)

da Universidade Federal de Juiz de Fora, Elcemir Cunha. “Importante esclarecer que o comunicado do MEC se referiu às receitas patrimoniais” exclusivamente. Ainda não temos cálculo realizado para o caso, mas sabemos que o impacto não será demasiado na UFJF. De todo modo, qualquer redução de receita no contexto dos últimos anos pode ter efeitos prejudiciais diante das necessidades de ação das universidades federais em seu conjunto”,

completa.

Em busca de uma solução, a administração central da UFRJ já informou que o tema será discutido junto à Associação Nacional de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (Andifes). Mas a entidade disse que não responderia aos questionamentos da reportagem antes da discussão coletiva do problema.

Questionado sobre o corte, o MEC confirmou que cumpre as regras da recente emenda constitucional. “A Emenda Constitu-

cional nº 135, de 20 de dezembro de 2024, estabelece que, até 31 de dezembro de 2032, 30% da arrecadação da União referente a contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico, taxas e receitas patrimoniais poderão ser desvinculados de órgãos, fundos ou despesas. Com a promulgação desta norma, a desvinculação de receitas passou a abranger as universidades, conforme determinado pela alteração constitucional”.



AULA MAGNA COM ESTHER DWECK

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, vai ministrar a aula magna da UFRJ deste ano. A informação foi divulgada pela reitoria em reunião com a AdUFRJ e a Associação dos Pós-graduandos (APG), no dia 3. Esther, que é professora do Instituto de Economia desde 2009, assumiu a pasta em janeiro de 2023. A data exata do evento, em março, ainda será definida.

CONSUNI, CCS E ADUFRJ MANIFESTAM INDIGNAÇÃO

A UFRJ também saiu em defesa de uma de suas mais proeminentes pesquisadoras. Na quarta-feira (5), o Conselho Universitário (Consuni) divulgou uma moção de desagravo à professora. “Ligia Bahia é professora titular, pesquisadora de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Cientista do Estado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro. Considerando os compromissos universitários com a ciência, reafirmamos nossa

solidariedade a Ligia Bahia, que tal como outros docentes da UFRJ têm uma profícua trajetória profissional em defesa da ciência e melhoria das condições de saúde da população brasileira”, diz a moção.

A decania do Centro de Ciências da Saúde (CCS), ao qual o IESC está ligado, expressou sua solidariedade por meio de nota em que afirma que as opiniões de Ligia se baseiam em consensos científicos “amplamente aceitos por seus pares e aplicados com sucesso durante a pandemia de

solidariedade a Ligia Bahia, que tal como outros docentes da UFRJ têm uma profícua trajetória profissional em defesa da ciência e melhoria das condições de saúde da população brasileira”, diz a moção.

A decania do Centro de Ciências da Saúde (CCS), ao qual o IESC está ligado, expressou sua solidariedade por meio de nota em que afirma que as opiniões de Ligia se baseiam em consensos científicos “amplamente aceitos por seus pares e aplicados com sucesso durante a pandemia de

Empresa abandona contrato e prejudica limpeza do CCS

> Atraso no pagamento dos terceirizados coloca em risco início das aulas da Faculdade de Medicina e demais atividades do prédio. Decania e reitoria correm contra o tempo para resolver o problema

RENAN FERNANDES
renan@adufjr.org.br

Centeno e sessenta e três funcionários da limpeza do Centro de Ciências da Saúde vivem um drama. Já sem vale-transporte e vale-alimentação, eles não receberão o salário que deveria ser pago nesta sexta (7). O adicional de insalubridade dos que fazem a higienização de banheiros e a coleta de lixo também está atrasado há mais de um mês. A situação pode causar a paralisação de atividades administrativas e acadêmicas do prédio na próxima semana.

A empresa Ágil, que assumiu a prestação do serviço em dezembro, notificou a UFRJ no dia 30 de janeiro sobre a incapacidade de cumprir o contrato. Justificou que está sem receber repasses financeiros de diversos órgãos públicos contratantes, incluindo pendências do ano anterior (total de R\$ 30 milhões), o que impactou o fluxo de caixa.

Na universidade, o resultado é que, aos poucos, sem dinheiro, os funcionários não estão conseguindo ir ao trabalho. Nesta sexta-feira, apenas 30% deles compareceram ao CCS.

A decania corre contra o tempo para resolver o problema. Com o início do calendário letivo da Faculdade de Medicina marcado para segunda-feira, 10, existe a preocupação de que o prédio sofra com a falta de limpeza nos próximos dias. A professora Lina Zingali, vice-decana do CCS, estuda junto à reitoria a possibilidade de deslocar trabalhadores de outras unidades para manter o funcionamento das atividades. “Vamos aguardar até segunda-feira e, dependendo da situação, convocar a PR-1 (pró-reitoria de Graduação) e a Faculdade de Medicina para debater a viabilidade de manter as aulas nessa situação”.

Algumas medidas já estão em vigor. “Pedimos aos diretores que orientem as pessoas para evitar o acúmulo de lixo nos laboratórios e corredores. Temos um coletor central no Bloco K para onde o lixo deve ser levado”. A docente sabe, no entanto, que o esforço não resolve a situação. “Estamos sem pessoas para limpar os banheiros de alta circulação que são higienizados duas vezes por dia”, alertou Lina.



REDUÇÃO Sem pagamento, apenas 30% dos 163 funcionários da limpeza da empresa Ágil compareceram ao trabalho na sexta-feira (07)

A Ágil também não entregou em janeiro os insumos previstos no contrato para a conservação da unidade, como água sanitária, cera, panos de chão e sacos de lixo. O CCS ainda tinha um pequeno estoque de materiais, mas acabou. “Criamos uma reserva com o que sobrou do último contrato. Racionamos o uso durante o último mês, mas agora nosso estoque zerou”, disse Rafael Martins, administrador do prédio.

Nesta sexta, a reitoria enviou à unidade os materiais para evitar o colapso na limpeza do prédio. “Estamos tomando providências para que o CCS seja abastecido com material de outras fontes, para que não precise haver paralisação do serviço”, explicou a pró-reitora de Governança, professora Claudia Cruz.

Já ficou definido também que a UFRJ vai se responsabilizar pelo pagamento dos funcionários até que outra empresa que participou da licitação assumira o contrato. “O recurso para pagamento dos trabalhadores será o mesmo que seria pago à empresa, caso tivesse executado o contrato de forma correta. A empresa vai emitir nota fiscal normalmente e o crédito será repassado aos trabalhadores”

“Estamos sem pessoas para limpar os banheiros de alta circulação que são higienizados duas vezes por dia”

LINA ZINGALI
Vice-decana do CCS

garantiu a pró-reitora.

Não há, contudo, previsão de quando o dinheiro vai cair na conta dos profissionais. A PR-6 já recebeu da decania do CCS os dados bancários de todos os funcionários da empresa, mas a Ágil ainda não respondeu à requisição da universidade corretamente sobre os valores da folha de pagamento.

A professora Claudia Cruz prometeu celeridade na contratação de uma nova empresa para o local. “A PR-6 está tomando as providências necessárias

para formalizar novo contrato, com outra empresa participante do pregão”, afirmou.

A Ágil LTDA venceu a licitação ao oferecer o menor preço entre as empresas que cumpriram os requisitos propostos no edital. O contrato firmado em dezembro de 2024, com a validade de um ano, previa o pagamento mensal de R\$ 704.906,57. A UFRJ ainda não efetuou nenhum repasse para a empresa, mas garante estar dentro do prazo previsto nos termos contratuais para o pagamento.

A reportagem tentou contato com a firma por meio do telefone informado no portal da transparência do governo federal, mas o número é reportado como inexistente.

SEM DINHEIRO

Os funcionários que ainda batem ponto estão tirando dinheiro do próprio bolso para trabalhar. Uma servidora alocada na limpeza de banheiros, que preferiu não se identificar, trabalhou durante a semana, mas teme pelos próximos dias. “Já tinha colocado carga no meu cartão de passagem, então tenho como vir trabalhar e voltar para casa. Se o pagamento não cair até esta sexta, não sei

como será na semana que vem”, lamentou.

Dilmar Rodrigues, responsável pela limpeza da área externa do Centro, vai continuar trabalhando enquanto for viável financeiramente. “Não fujo de trabalho, faço outros serviços, enquanto der pra vir, eu venho. Mas não dá para ficar pagando para trabalhar”, contou. Sem o dinheiro do auxílio-alimentação, o funcionário complementa a renda como ambulante. “Uso o cartão de alimentação no mercado para comprar comida para minhas filhas. Quando falta, vou para a rua e trabalho vendendo amendoim nos ônibus”.

Já Marcos Aurélio Rodrigues, da equipe de coleta de lixo, trocou o ônibus por uma caminhada de quase uma hora entre sua casa, no Complexo da Maré, e o CCS. “Vou continuar vindo porque não quero sofrer represálias depois, mas isso é uma falta de respeito”. Além do atraso nos benefícios, Marcos não recebeu o adicional de insalubridade de 40% em janeiro. “Quando assinamos o contrato, o adicional estava lá. Me programei para receber aquele dinheiro e não recebi. Agora, estou dependendo da ajuda de amigos e familiares para comprar comida”, lamentou.

RENAN FERNANDES

Insegurança no Fundão assusta docentes nas férias

> Medo da violência aumenta com campus esvaziado. No mesmo dia que professor foi à delegacia registrar furto de carro no Centro de Tecnologia, outra vítima registrava roubo de veículo no CCS

SILVANA SÁ
E RENAN FERNANDES
comunica@adufjr.org.br

Às 18h da última terça-feira, 4, o professor Pierre Mothé Esteves, do Instituto de Química, terminou mais um intenso dia de trabalho. Ele foi até o estacionamento do Centro de Tecnologia buscar seu carro. Para seu espanto, o veículo havia sido furtado. Esse é mais um dos casos noticiados nos últimos meses pelo Jornal da AdUFRJ. Novamente, trata-se de um automóvel da marca Fiat. “Era um carro simples. Um Siena 2019. Parei no estacionamento dos fundos do Bloco A, às 10h30. Quando retornei, não havia mais carro”, lembra o professor.

O docente procurou a vigilância do prédio, que o instruiu a buscar ajuda na Diseg e a registrar a ocorrência na delegacia. “Na mesa ao lado, outro homem fazia o boletim de ocorrência de um furto de carro no Fundão, só que no estacionamento do Centro de Ciências da Saúde”, conta. “Todo início de ano aumentam os casos de violência no campus. A história se repete e nada acontece”, critica o professor. “Eu ainda estava de férias, mas quis ir orientar meus alunos. Já tive o estepe levado num ano; no ano passado houve uma tentativa de furto da bateria; agora foi o carro. Precisamos mudar esse cenário”.

O professor faz um desabafo sobre suas condições gerais de trabalho. “Estou me sentindo penalizado por trabalhar no Fundão. Não temos giz, precisamos comprar reagentes com dinheiro do nosso bolso, porque não há orçamento. Não temos segurança...”, lamenta. “A universidade precisa ser um lugar de sonhos, de inspiração, de projeção do futuro. E não um local de medo. Estou com vergonha de dizer aos meus colegas de outras instituições que meu carro foi furtado no meu local de trabalho”.

O caso levou os professores do Instituto de Química a preparar um documento pedindo providências para melhorar a segurança do campus e do CT, em especial. Uma carta deve ser votada como moção na Congregação da unidade na próxima terça-feira, 11, e encaminhada posteriormente ao reitor Roberto Medronho. Os docentes pedem mais policiamento e controle das entradas e saídas.

Diretor do IQ, o professor



VAZIO E SEM VIGILÂNCIA Estacionamento do CT onde aconteceu o furto do veículo fica nos fundos do Bloco A e dá acesso ao Bloco I

“A universidade precisa ser um lugar de sonhos, de inspiração, de projeção do futuro. E não um local de medo”

PIERRE MOTHÉ ESTEVES
Professor do Instituto de Química

Cláudio Mota conta que o caso envolvendo o veículo do professor Pierre foi a gota d'água para o corpo social da unidade. “Coincidiu com a notícia dos 160 cursos de excelência da UFRJ. Ora, como uma universidade de excelência não consegue oferecer condições mínimas de segurança ao seu corpo social? Houve uma certa indignação”, explica o professor.

Ele lista outras situações que aconteceram nas últimas semanas. “Como diretor do Instituto, recebi relatos de mulheres que saíram às 22h ou depois e ficaram com medo porque tinham pessoas estranhas escondidas nos pilotis do Bloco A”, diz. “Também soube ontem (quinta-feira, 6) que um gabinete de uma professora foi invadido no final de semana. As gavetas foram forçadas. Não levaram nada porque, aparentemente, buscavam laptop ou outra coisa de valor mais fácil de ser carregada. São muitas as situações”.



INOPERANTE Sistema de monitoramento na entrada não funciona

A solução, para o diretor do IQ, é a mesma apontada na carta dos professores da unidade: controlar os acessos. “Esse é um tema delicado, porque impacta o trânsito e a Prefeitura do Rio quer escoar o engarrafamento. Mas eu frequento campi no mundo todo. Nenhum é uma área de livre passagem como o nosso. Há minimamente um controle de acesso”, pontua Mota. “Aqui é muito fácil entrar e sair. Isso facilita a vida de quem vem cometer ilícitos”.

POSTO DA PM

O prefeito Marcos Maldonado informou que a Prefeitura Unidiversitária vai inaugurar em 15 dias um posto avançado da PM no campus. O local ainda não pode ser divulgado por medidas de segurança. Além disso, três novos veículos foram doados pela polícia para a Divisão de Segurança da UFRJ (Diseg) reforçar as rondas internas. Há, ainda, uma operação especial

em curso, com agentes disfarçados no campus para desbaratar a quadrilha de furto de veículos. “É uma briga de gato e rato. Eles estudam as nossas ações e nós estudamos as ações deles. Por isso, detalhes das operações não podem ser divulgados”.

A quadrilha é especializada em furtos de veículos da marca Fiat. “A Fiat parou de fabricar algumas peças e por isso aumentaram os furtos para desmanche e revenda. A polícia já tem essas informações”, conta. “A dificuldade é que muitas vezes a gente vê alguém parado no estacionamento, vai verificar, e é motorista de aplicativo. Mas não sabemos se realmente ele é motorista ou se está dando cobertura a alguém”.

Desde que começou a ação dos agentes disfarçados, 30 pessoas foram detidas, segundo Maldonado. “Não exatamente em situação de furto, mas com carros adulterados ou irregulares, que são o tipo de veículo

usado em ações de roubo e furto”, explica. “Desde novembro reduzimos muito as incidências desse tipo de crime por conta dessas ações”, garante o prefeito. “Saímos de uma marca de praticamente um por dia para três nas últimas quatro semanas. Só no Méier foram 200 em um único final de semana”, compara.

CONTROLE

Maldonado conta que a Prefeitura fez um estudo para instalação de cancelas eletrônicas nos estacionamentos de todas as unidades do Fundão. “Estou encaminhando ao reitor essa previsão juntamente com o projeto de aumentar o monitoramento de câmeras nas vias. Está tudo orçado e dependemos da aprovação do reitor para a licitação”. O valor, segundo o prefeito, ainda não pode ser divulgado.

Superintendente do Centro de Tecnologia, Agnaldo Fernandes afirmou que a decania atua em parceria com a Prefeitura Unidiversitária para reduzir a incidência de crimes nos estacionamentos. A principal medida é o controle do acesso. “O CT vai colocar catracas nos estacionamentos. A operação envolve a decania, as unidades do CT e a reitoria”, diz. “O sistema é similar ao do Parque Tecnológico, com câmeras que filmam o condutor do veículo e a placa na entrada e na saída”. Não há um prazo firmado para a instalação das cancelas. “Trabalhamos com a meta do início das aulas do primeiro semestre, mas, infelizmente, a velocidade da licitação não depende de nós”.

FOTOS: SILVANA SÁ

43º CONGRESSO DO ANDES

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Cinco dias de debates intensos marcaram o 43º Congresso do Andes, entre 27 e 31 de janeiro, em Vitória. Com a participação de 628 docentes de 89 seções sindicais, o encontro anual definiu as diretrizes que guiarão as ações do Andes em 2025. A AdUFRJ levou 22 professoras e professores, uma das maiores delegações do evento, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo.

Houve importantes decisões sobre gênero, combate ao assédio e a aprovação de uma política em defesa do piso salarial do magistério básico nacional para ser base para os professores 20h do magistério superior. A pauta é defendida pela AdUFRJ desde 2023. Também no último dia foram apresentadas as quatro chapas que disputarão a direção do sindicato em maio.



QUATRO CHAPAS DISPUTARÃO AS ELEIÇÕES DO ANDES

Chapas inscritas no congresso expõem fissuras e limites do movimento sindical docente

Um dos momentos mais aguardados do Congresso de Vitória foi a inscrição para a disputa eleitoral do Andes em maio. Quatro chapas se candidataram.

A Chapa 1 é a da situação e é formada pelo mesmo grupo político que dirige o sindicato há quase 30 anos, o Andes de Luta e Pela Base (ALB). Desta vez, o grupo não contará com o apoio do PCB, histórico aliado do coletivo. Em carta

aberta, o PCB disse que não guarda "rancores", mas afirmou que o Andes precisa construir "uma política classista de reconhecimento mútuo, de parceria entre sujeitos políticos, que passe longe de práticas de hegemonismo".

Outro racha inédito ocorreu na oposição. Pela primeira vez, o principal grupo opositorista estará dividido. O Renova Andes rachou e apresentou

duas chapas.

Historicamente, o Renova é formado majoritariamente por integrantes de correntes do PT, PCdoB e PDT. Mas também há presença de militantes do PSOL e independentes. As diferentes visões sobre a greve docente do ano passado, a condução das assembleias que deflagraram a greve e a aproximação de setores do Renova com a direção nacional levaram a um rompimento na sua Executiva Nacional. O racha gerou as chapas 2 e 4.

Se há os que rompem laços políticos,

há aqueles que se unem em torno de agendas comuns. É o caso da Chapa 3. Também em oposição à diretoria nacional, o grupo Rosa Luxemburgo, formado por integrantes mais próximos de correntes mais à esquerda principalmente do PSOL e PSTU, lançou uma chapa em aliança com dois movimentos minoritários: o Coletivo Andes em Luta (Cael) e o coletivo POR.

As chapas terão até o dia 13 de março para apresentar a composição completa com os 83 nomes necessários a todos os cargos nacionais e regionais.

VEJA AS CHAPAS



CHAPA 1 ANDES PELA BASE: DIVERSIDADE E LUTAS

Cláudio Mendonça (APRUMA)
• Presidente

Fernanda Vieira (UFRJ)
• Secretária Geral

Sérgio Barroso (UESB)
• 1º tesoureiro



CHAPA 2 RENOVA ANDES

Nicole Louise Pontes (UFRPE)
• Presidente

Edson Franco de Moraes (UFPB)
• Secretário Geral

Geversson Grzeszczyn (Unicentro)
• 1º tesoureiro



CHAPA 3 ANDES CLASSISTA E DE LUTA

Gean Santana (UEFS)
• Presidente

Welbson Madeira (UFMA)
• Secretário Geral

Soraia de Carvalho (UFPE)
• 1º tesouraria



CHAPA 4 OPOSIÇÃO PARA RENOVAR O ANDES-SINDICATO NACIONAL

Jailton Souza Lira (UFAL)
• Presidente

Maria Carlotta (ADUFABC)
• Secretária Geral

Mariuzza Guimarães (ADUFMS)
• 1º tesoureira

QUAL SERÁ O COLÉGIO ELEITORAL?

Uma das tarefas do congresso deste ano foi definir o Regimento Eleitoral do pleito que acontece em maio. A partir de agora, professores vinculados a sindicatos autônomos ou pertencentes à base do Proifes poderão votar nas eleições do Andes. Basta, para isso, que comprovem a filiação

até 7 de fevereiro de 2025 e que estejam quites com suas obrigações sindicais até 6 de abril.

A mudança no regimento gerou grande debate no plenário, porque não permite saber com antecedência o número total de professores aptos a votar. "Há um problema de fundo que é a

definição do colégio eleitoral. Essa definição não pode ser feita pela Comissão Eleitoral, mas por nós. É este congresso que precisa delimitar esses marcos", apontou o professor Domingos Garcia, da Universidade Estadual do Mato Grosso.

Presidente do Andes, o profes-

sor Gustavo Seferian minimizou a importância do conhecimento prévio do número total de eleitores. "O número total de aptos a votar é uma estimativa muito flutuante, que costuma variar de um pleito para o outro", avaliou. Seferian considera que a aprovação do novo artigo é benéfica.

"Vai permitir, por exemplo, que toda a base da Apubh, que é um sindicato autônomo, participe do nosso pleito, se assim desejar", explicou o docente, que é da Universidade Federal de Minas Gerais, cujos docentes são representados justamente pela Apubh.

43º CONGRESSO DO ANDES

ACOLHIMENTO E APRENDIZADO

> Espaço infantil ofereceu vasta programação para cuidar, entreter e educar os pequenos

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Docentes que são pais ou mães de crianças até 12 anos contaram com uma estrutura oferecida pela organização do 43º Congresso do Andes para cuidados com os pequenos. Foram inscritas 13 crianças e 12 realizaram atividades diárias no Espaço Infantil.

As atividades incluíram banho, alimentação, hora da soneca, contação de histórias, ações lúdicas e passeios. O da tarde da terça-feira, 28, foi ao Planetário de Vitória. A instituição fica localizada dentro do campus da Federal do Espírito Santo e funciona em parceria entre a universidade e a Prefeitura da cidade.

Momentos antes de partir, uma pausa para conversar com as crianças. "Precisamos andar todos juntinhos, não pode ficar ninguém para trás. Vamos andar todos devagar", explicou a vice-coordenadora do Espaço Infantil, a auxiliar de creche Lorrana Nobre, que atua no Colégio de Aplicação Criarte, da UFES. "Alguém tem medo de escuro? Lá é um pouquinho escurinho, mas não precisa ter medo, porque logo a luz vai acender de novo", garantiu às crianças, que ouviram atentamente as orientações.

No Planetário, os pequenos se juntaram a famílias que aguar-

davam a sessão das 16h15. A cúpula do espaço se transformou num lindo céu estrelado que apresentou as principais constelações das quatro estações do ano.

"Nós atendemos durante todo o ano, principalmente as escolas do ensino fundamental, mas também muitas famílias. São seis sessões por dia", explicou a coordenadora pedagógica Polyanna Silva Goronci, do Centro de Ciência, Educação e Cultura de Vitória. "Nossos estagiários são de diferentes áreas, todos estudantes da UFES, o que nos dá um diferencial na interação com os pequenos".

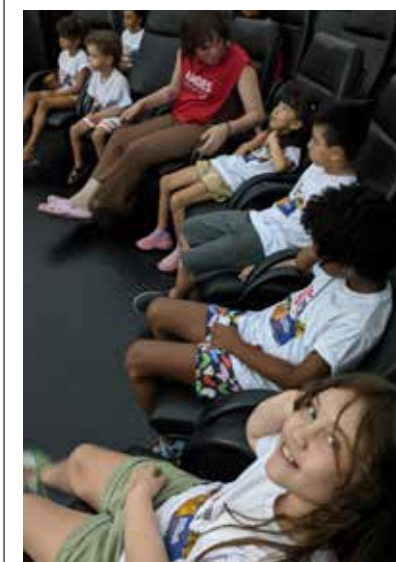
Coordenadora do Espaço Infantil, a professora Elis Beatriz, do CAP da UFES, está orgulhosa do trabalho. "É um espaço imprescindível e a gente vê o quanto as mães se sentem seguras em deixar os filhos, sobretudo por saberem que podem vir velozes e ficar com eles sempre que quiserem", avalia. "É um espaço que respeita a liberdade das famílias. É um espaço acolhedor", resumiu.

Elis contou que a proposta deste ano englobou um conjunto de ações focadas em apresentar às crianças a cultura capixaba. "Estamos apresentando um pouco do Espírito Santo a elas. Está sendo bem gratificante, como a capixaba, poder mostrar nossa cultura para elas. As crianças têm respondido muito bem a todas as atividades. São alegres, participativas, estão integradas e muitas nem querem



FOTOS: SILVANA SÁ

DESCOBERTAS Crianças tiveram vasta lista de atividades educativas e culturais durante o congresso



ir embora ao final do dia".

A lista de atividades foi grande. "Tivemos momentos musicais; encontro com uma autora infantil capixaba, a escritora Eliana Zando; apresentamos a eles a moqueca capixaba e contamos sua história; falamos sobre as painéis; fomos ao Parque da Cebola e ao Projeto Tamar", disse Elis. "Elas ouvem, aprendem, sentem os cheiros, os sabores, têm contato com a natureza. É uma experiência sensorial completa. Com isso, mostramos para as crianças que a cultura

está em todos esses aspectos que elas podem experimentar".

As mães aprovaram. "Eu estou amando tudo. O espaço é muito bom, a estrutura, a alimentação, as atividades. Eu me sinto muito segura", elogiou a professora Morena Marques, da UniRio. "Hoje ela está aqui no plenário comigo porque fui eu que senti saudades. Mas ela não está gostando muito daqui. Com certeza prefere ficar lá", brincou. "A existência desse ambiente é fundamental também para a minha participação política".

PRIMEIRA VEZ NO CONGRESSO

VERÔNICA DAMASCENO
Professora da
EBA e diretora
da AdUFRJ



É tudo muito novo para mim, mas estou começando a entender um pouco a organização e o funcionamento do congresso. Acredito que os grupos de trabalho são montados para permitir a participação de todos, mas é uma dinâmica complicada. Eu propus algumas coisas, que outros colegas também propuseram, mas acabaram não sendo acatadas. Percebo que majoritariamente há uma movimentação em favor das propostas da diretoria. Então, é um espaço democrático até certo ponto, na minha percepção. Por outro lado, é um excelente espaço para termos contato com professores de outras universidades, de outros estados. A gente

CARLOS ZARRO
Professor do
Instituto de
Física da UFRJ



De maneira geral, acho que as intervenções têm acontecido de modo a favorecer o modus operandi da diretoria nacional do Andes, no sentido de desqualificar perguntas honestas das pessoas, de ficar se arvorando em cima de burocracias. Se você faz um destaque, eles dizem que não se trata de um destaque e sua fala deixa de valer. Quem não sabe a diferença entre um destaque e um encaminhamento fica deslocado no debate, não há acolhimento. Acho também que é uma intransigência a diretoria nacional do Andes sequer discutir meios de votação e participação por sistemas de internet. Muitos professores trabalham on-line,

estão fora das sedes das universidades, em locais distantes. Ampliaria a participação se as pessoas tivessem diferentes formas de atuação e voto. Talvez pelo clima de chapas, pela disputa política neste congresso, essas questões fiquem mais acirradas. De todo modo, senti uma animosidade contra a UFRJ. Ao pronunciar a palavra de alguns colegas, me responderem. No meu grupo de trabalho, eu me senti um pouco tolhido. A melhor parte é a troca com os colegas. A gente consegue ter noção do que é a universidade. Quem é da Física acaba ficando na Física, há uma rara interação. Aqui, isso não acontece. Temos médicos, gente da Praia Vermelha, do IFCS, pessoas dos mais diferentes gostos. Aprendi sobre culinária, aprendi que Lacan sabia muito de Matemática. Tive uma aula sobre ele! Perceber a universidade como universitas, de fato, não tem preço.

CULTURA



O 43º CONGRESSO DO ANDES

recebeu uma série de atividades culturais. Música e poesia marcaram todos os dias do encontro. Um dos grupos a se apresentar foi o Bloco Afro Kizomba, primeiro bloco carnavalesco de rua de Vitória formado integralmente por pessoas negras sobre a temática afro. Todas as músicas do grupo são autorais. Em seus 7 anos de vida, foi a primeira vez que eles se apresentaram em um teatro.